

PARCERIA ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO COMO POLÍTICA EDUCACIONAL: RELATO DE ALGUMAS PESQUISAS

LA ALIANZA ENTRE LOS SECTORES PÚBLICO Y PRIVADO COMO POLÍTICA EDUCATIVA: RELATO DE ALGUNAS INVESTIGACIONES

PARTNERSHIP BETWEEN THE PUBLIC AND PRIVATE SECTORS AS EDUCATIONAL POLICY: REPORT OF SOME RESEARCH

Wania Regina Coutinho GONZALEZ¹
Elaine Rodrigues de ÁVILA²

RESUMO: No contexto político-educacional neoliberal, as parcerias fazem parte das relações entre o setor público e o privado. Algumas delas articulam a educação formal e a educação não formal, trazendo para a Educação Básica propostas educativas de diferentes organizações sociais. O objetivo do artigo é analisar as articulações entre organizações sociais e escolas públicas no estado do Rio de Janeiro e do Maranhão, partindo de quatro pesquisas acadêmicas realizadas com docentes, discentes e gestores entre os anos de 2013 e 2021. Trata-se de uma pesquisa documental que dialoga com as reflexões sobre articulações dos espaços formativos de Maria Gohn e Jaime Trilla e com as críticas às políticas educacionais contemporâneas de Stephen Ball. Observou-se aspectos limitadores das parcerias: número reduzido de alunos participantes e materiais didáticos inadequados; como potencialidades, a melhoria no desempenho escolar e o desenvolvimento de laços de afetividade pelos envolvidos nas ações educativas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação não formal. Interações funcionais. Privatizações exógena.

RESUMEN: *En el contexto político-educativo neoliberal, las alianzas forman parte de la relación entre los sectores público y privado. Algunos de ellos articulan la educación formal y no formal, trayendo a la Educación Básica propuestas educativas de diferentes organizaciones sociales. El objetivo del artículo es analizar las articulaciones entre Organizaciones Sociales en escuelas públicas, en los estados de Río de Janeiro y Maranhão, a partir de cuatro investigaciones académicas realizadas con docentes, estudiantes y gestores entre 2013 y 2021. A la luz de los estudios sobre las articulaciones entre educación formal y no formal de Maria da Glória Gohn y Jaime Trilla y la crítica de las políticas educativas contemporáneas de Stephan Ball. Se observan como aspectos limitantes de las alianzas, número reducido de alumnos participantes, material didáctico inadecuado; como potencial mejora en el*

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Duque de Caxias – RJ – Brasil. Professora de Pós-Graduação em Educação e Cultura nas Periferias Urbanas e Professora do Programa de Educação e Cultura Contemporânea. Doutorado em Educação (UERJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4803-909X>. E-mail: waniagonzalez@gmail.com

² Secretaria Municipal de Educação (SME), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professora de História. Doutorado em Educação (UNESA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6616-6095>. E-mail: elainerjadvogada73@gmail.com

rendimiento escolar y el desarrollo de vínculos afectivos entre los involucrados en las actividades educativas.

PALABRAS CLAVE: *Educación no formal. Interacciones funcionales. Privatizaciones exógenas.*

ABSTRACT: *In the neoliberal political-educational context, partnerships are part of the relationship between the public and private sectors. Some of them articulate formal and non-formal education, bringing to the Basic Education several educational proposals from different social organizations. The objective of the article is to analyze the articulations between Social Organizations in public schools, in the states of Rio de Janeiro and Maranhão, based on four academic researchers carried out with teachers, students and managers between 2013 and 2021. In the light of studies on articulations between formal and non-formal education by Maria da Glória Gohn and Jaime Trilla and the criticism of contemporary educational policies by Stephan Ball. Limited aspects of partnership are observed, a reduced number of participating students, an inadequate teaching material and as a potential improvement in school performance and the development of bonds of affection for those involved in educational activities.*

KEYWORDS: *No-formal education. Unctional Interaions. Privatizations.*

Introdução

As Reformas Administrativas no Brasil dos anos de 1990 provocaram novos direcionamentos governamentais nas políticas sociais, entre elas as do campo educacional. A criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estatal (PDRAE), no governo de Fernando Henrique Cardoso, alinharam-se às concepções gerenciais e mercadológicas – como, por exemplo, eficiência, descentralização e qualidade – para as políticas educacionais, as quais passaram a permear o cotidiano de docentes, discentes e gestores na Educação Básica nas últimas duas décadas (CAMPOS; DAMASCENO, 2020). Um dos efeitos da Reforma foi a formação de novas relações entre o setor público e o setor privado. Entes estatais passaram a dividir ou transferir para organizações privadas, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e Fundações, a execução ou elaboração de materiais educacionais e a oferta de algumas atividades educativas, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação formal pública desenvolvida pelas unidades escolares. Landim (2002, p. 21), ao buscar definir ONGs, as concebe como “[...] um conjunto de organizações que se colocaram como atores em determinado polo do campo discursivo e político existente em suas sociedades”.

As parcerias público-privadas não são um fenômeno recente na educação brasileira: esses procedimentos se intensificaram a partir dos anos de 1990 e, no Brasil, os estados e os municípios apoiam-se na esfera privada para elevar a qualidade da educação ofertada e melhorar a sua *performance* nas avaliações educacionais (CAMPOS; DAMASCENO, 2020). Ao analisar as políticas educacionais contemporâneas em um contexto neoliberal, Ball (2014) afirma que nessas novas relações entre os setores público e o privado, as privatizações, ocorrem de modo endógeno – quando o Estado incorpora nas suas práticas e planejamentos uma lógica privada – ou exógena – quando o Estado se associa com organizações privadas, formando parcerias, para solucionar demandas na educação formal.

Algumas dessas organizações envolvidas nos processos de privatização exógeno fazem parte do Terceiro Setor, o qual vem atuando junto à educação formal, seja por meio de elaboração de materiais didáticos, seja com projetos e programas, como os voltados ao reforço escolar e a correção de fluxo. Não desconhecemos as críticas feitas por Montañó (2005, p. 56-57) ao conceito de Terceiro Setor quando o autor enfatiza a heterogeneidade de organizações que o compõe “[...] ao reunir no mesmo espaço organizações formais e/ou atividades informais; entidades de interesse político e econômico singulares; coletividades das classes trabalhadoras e das classes capitalistas; cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal”. De acordo com Silva e Tripodi (2021), as Organizações Sociais são um dos tipos de organização que fazem parte do Terceiro Setor, e tiveram o seu reconhecimento pelo Ministério da Administração e Reforma do Aparelho de Estado, que as caracterizaram como uma organização pública não estatal que podem desenvolver atividades públicas quando tiverem qualificação para esse fim.

Diversos autores criticam as parcerias no campo da educação e preconizam a oferta dos serviços educacionais prioritariamente pelo Estado: Montañó (2005) e Peroni (2020), entre outros. Sem desconsiderar as reflexões propostas pelos referidos autores, o enfoque que privilegiaremos neste texto difere deles e consiste em analisar as parcerias entre escolas e Organizações Sociais, à luz dos participantes envolvidos nas ações educativas de quatro pesquisas realizadas no período entre 2013 e 2021. Dessa forma, a pesquisa documental, que embasa o texto, discute os limites das parcerias e também as suas potencialidades, a partir da visão de gestores de escolas, professores e alunos. O período delimitado para a análise das pesquisas contempla a produção acadêmica realizada no grupo de pesquisa *Políticas Educacionais e as relações entre os diferentes espaços formativos*, coordenado por uma das autoras e vinculado a um Programa de Pós-Graduação. As referidas dissertações e teses foram apresentadas em diversos eventos importantes do campo da educação, entre os quais destacamos a Anped Nacional e a Anped Sudeste.

Recorremos às reflexões de Gohn (2011, 2020), quando a autora afirma que desde os anos de 1990 o país vivencia novas formas de associativismo civil, por meio de parcerias entre organizações do Terceiro Setor e o Estado, articuladas mediante ações educativas desenvolvidas na educação formal com outras realizadas em espaços formativos não formais. Autores como Gohn (2011, 2020) e Trilla, Ghanem e Arantes (2008) entendem a educação em sentido amplo, dividindo as ações educativas em três modalidades: educação formal é vivenciada em escolas e universidades, apresentando certificação ao final de etapas e conteúdos regulados legalmente; educação não formal é realizada em espaços não escolares, com metodologias variadas e aprendizagem voltada à compreensão do indivíduo como cidadão ativo e transformador; e educação informal ocorre de modo espontâneo, na vivência diária de cada pessoa. Para Gohn (2011, 2020), essa interpenetração de atividades educativas – de complementariedade, de reforço, entre outras “interações funcionais” (TRILLA; GHANEM; ARANTES, 2008) – pode contribuir para a formação de uma nova cultura política, considerando organizações que adotam uma concepção de educação emancipatória, ou seja, aquelas que buscam formar indivíduos participativos e atuantes em seus espaços de convivência.

Este texto aborda a questão das parcerias no campo da educação, trazendo a discussão sobre a relação entre os diferentes espaços formativos, mas reconhecendo a heterogeneidade de organizações e de propostas contidas nesse universo. De um lado, há um grupo ligado às fundações empresariais que se alinham às reflexões de Ball (2014), tanto sobre as parcerias endógenas quanto as suas reflexões sobre o *Edu-business*. De outro lado, temos as organizações com perfil “militante”, ao se configurarem como espaços democráticos de participação política, que articulam educação e cultura como meio de compreensão da realidade e de luta para transformação social. Observamos que, para Ball (2014), em um contexto de privatizações no campo educacional, os *Edu-business* ou “negócios educacionais” ocorrem: 1) pela compra e venda de materiais e metodologias por escolas e universidades (“recalibração organizacional”); 2) por consultorias de representantes do setor privado a determinados governos (“colonização das infraestruturas das políticas”); 3) pela “exportação” e “venda” de políticas em um mercado global de ideias políticas.

Com esse enfoque, pretendemos contribuir para uma superação de uma lacuna nas pesquisas sobre parcerias entre escolas e Organizações Sociais e publicizar dissertações e teses realizadas em um Programa de Pós-graduação do Rio de Janeiro. Em levantamento feito no banco de teses da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, entre os anos de 2010 e 2019, Lima (2021) identificou apenas dez trabalhos considerando a região Sudeste,

sendo sete relacionados ao ensino fundamental, abordando as relações com a educação formal e o Terceiro Setor.

Esse levantamento apresentado aponta poucos estudos que analisam as parcerias, principalmente, considerando o contexto da prática na educação básica e os seus efeitos para gestores, docentes e discentes. Ressaltamos que em nossas análises do cenário político-educacional contemporâneo, a partir das pesquisas selecionadas, dialogamos com Ball (1994) e Avelar (2016), ao abordarmos a política a partir dos diferentes contextos, que compreendem o ciclo de políticas, e privilegiamos o contexto da prática buscando entender a política no cotidiano escolar, analisando discursos de atores como os professores e gestores. Segundo Ball (1994), o ciclo de políticas é “uma ferramenta de investigação” sobre as políticas, na qual as análises passam por cinco contextos: influência, produção, prática, resultados ou efeitos, estratégia. Nessa proposta é relevante compreender também que uma política educacional não é meramente implementada e sim *encenada* conforme é traduzida e interpretada, pelos diferentes atores sociais, nos contextos pelos quais acontece.

Diante do exposto, esse artigo tem como objetivo analisar as articulações entre organizações do Terceiro Setor e escolas públicas no estado do Rio de Janeiro e do Maranhão, partindo de quatro pesquisas acadêmicas qualitativas realizadas com docentes, discentes e gestores entre os anos de 2013 e 2021. Com fundamento nos estudos de Gohn (2011, 2020) e Trilla, Ghanem e Arantes (2008) sobre educação formal, educação não formal e suas “interações funcionais”, e nos estudos de Ball (1994, 2014) referentes às políticas educacionais contemporâneas, em um contexto neoliberal, apresentamos como questão problematizadora: Quais os limites e as potencialidades das parcerias entre escolas e Organizações Sociais, de acordo com os membros da comunidade escolar envolvidos nas parcerias?

O artigo apresenta duas seções: a) “A caracterização das organizações sociais e fundações participantes das pesquisas”, na qual serão expostos dados e informações sobre as pesquisas abordadas; b) “Potencialidades e limites das parcerias no campo da educação: o que dizem os participantes da pesquisa”, abordamos como os participantes das pesquisas, pertencentes à comunidade escolar, analisam as parcerias enfatizando seus limites e suas potencialidades.

A caracterização das organizações sociais e fundações participantes da pesquisa

Nessa seção apresentamos as pesquisas acadêmicas que abordamos para analisar as articulações entre entes estatais e as organizações do Terceiro Setor nos estados do Rio de Janeiro e do Maranhão, partindo da visão de docentes, discentes e gestores no contexto da prática. As pesquisas serão identificadas pela sigla PS e a numeração seguirá a ordem cronológica da realização.

Denominamos de PS 1 a pesquisa acadêmica de mestrado intitulada “As ações educativas não formais da iniciativa privada em espaços formais de educação do estado do Rio de Janeiro”, que aconteceu no Colégio Estadual José Leite Lopes, no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como objeto de estudo a parceria entre o instituto Oi Futuro e a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, no Projeto Núcleo Avançado de Educação (NAVE) – uma proposta de Ensino Médio Integrado, disponibilizando cursos técnicos de multimídia e jogos digitais. Participaram da pesquisa: a diretora da escola; 29 alunos; 18 egressos; 7 professores; 4 ex-professores. A realização da pesquisa de campo ocorreu entre 2009 e 2012 (AZEVEDO, 2013).

Atribuímos a sigla PS 2 a uma pesquisa acadêmica de doutorado nomeada “O Terceiro Setor e a Educação: parcerias entre as escolas públicas e as ONGs localizadas no centro histórico de São Luís”, realizada em seis escolas públicas localizadas no centro histórico da cidade de São Luís no Maranhão, analisando como suas parcerias com seis organizações do Terceiro Setor contribuíram para uma melhora na qualidade desta rede de ensino e uma possível elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Além do levantamento documental, a coleta de dados envolveu questionários e entrevistas semiestruturadas com os seis gestores das unidades escolas e os seis coordenadores das organizações pesquisadas. A pesquisa de campo foi realizada em 2016 e 2017 (BOAES, 2018).

Usamos a sigla PS 3 para uma outra pesquisa acadêmica de doutorado, “Parceria público-privada e os efeitos no trabalho docente: uma aceleração de estudos na rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro (2012 - 2016), que analisou a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SME/RIO) da cidade do Rio de Janeiro com a Fundação Roberto Marinho, no Projeto Autonomia Carioca. Visando, principalmente, focalizar os efeitos para o trabalho docente dessa associação no contexto da prática, a pesquisa levantou dados e informações a partir de documentos e entrevistas semiestruturadas com nove docentes, atuantes em oito escolas públicas da 5ª Coordenaria Regional de Educação. O lapso temporal analisado

compreendeu desde o ano de 2010 – início da parceria – até o ano de 2016 – primeiro ano sem parceria com a fundação (ÁVILA, 2020).

Por fim, atribuímos a sigla PS 4 a uma pesquisa acadêmica de mestrado intitulada “Parceria público- privada no contexto da Educação Básica”, a qual verificou a maneira como docentes e gestores de escolas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro entendiam a parceria entre a SME/RIO e o Instituto Rogério Steinberg. A pesquisa ocorreu em duas unidades escolares da 2ª Coordenaria Regional de Educação, envolvendo entrevistas semiestruturadas com 10 sujeitos, entre eles: professores, coordenadores e gestores, entre 2020 e 2021 – já no contexto pandêmico (LIMA, 2021).

A seguir, expomos o Quadro 1 – Organizações do Terceiro Setor Pesquisadas: origens e atividades – e o Quadro 2 – Organizações do Terceiro Setor Pesquisadas: Projetos e Público-Alvo – ambos complementam as informações iniciais dessa seção, contextualizando as Organizações Sociais no cenário político educacional brasileiro.

Quadro 1 – Organizações Sociais Pesquisadas: origem e atividades

Pesquisa	Organização Sociais Pesquisadas	Origem e Atividades	Projetos Educacionais
Estado do Rio de Janeiro			
PS 1	Oi Futuro	Em atividade há mais 20 anos, considera a educação como uma “ferramenta potente de transformação e impacto social”.	Projeto Nave, Projeto Labora (rede de empreendedores sociais e culturais), Oi Kabun! (formação no campo das artes e tecnologia).
PS 3	Fundação Roberto Marinho	Criada em 1977, visando a mobilização por meio da comunicação, redes e parcerias em torno de atividades educativas, para contribuir na melhoria da qualidade da educação brasileira.	Projetos de Correção Idade/Ano; Educação Profissional (Aprendiz Legal e Qualifica); Programas educativos relacionados a museus, exposições e patrimônio cultural.
PS 4	Instituto Rogério Steinberg	Organização sem fins lucrativos, atuante desde 1998, procura despertar e desenvolver talentos em crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.	Despertando Talentos e Desenvolvendo Talentos (Projetos voltados para o desenvolvimento de altas habilidades).
Estado do Maranhão			
PS 2	Fundação José Sarney	Desde 2015 iniciou o processo de mudança de denominação para Fundação Memória da República Brasileira. Busca incentivar a valorização e a cultura nacional.	Possui um museu, uma biblioteca e uma pinacoteca, nesses espaços desenvolve projetos artísticos teatrais e de informática.
PS 2	Fundação Nassif Michael	Criada em 1988 com a “missão de promover e difundir a educação e cultura, preservar a memória e valorizar o	Projetos desenvolvidos: Coral Canto Curumim, Brincar e criar é só começar, Curso de desenho animado e reforço

		patrimônio do Estado” (BOAES, 2018).	escolar (leitura, escrita e gramática aplicada).
PS 2	Centro de Cultura Afro (CCA)	Fundada em 1980, com a “missão de conscientização política, cultural e religiosa para resgatar a identidade étnica cultural e autoestima do povo negro” (BOAES, 2018).	Atividades diversas na educação básica e na educação superior, entre elas a de reforço escolar, palestras e seminários de conscientização e combate ao racismo.
PS 2	Instituto Laboro & Arte	Fundado em 1972, com a missão de ser um laboratório de expressões artísticas, realiza atividades educativas e culturais.	Projetos voltados para a teatralidade, música, dança com crianças e jovens em vulnerabilidade social.
PS 2	Instituto Pelotão Mirim	Criado em 2013, com o “objetivo de sensibilizar crianças, adolescentes e seus familiares da importância de interação social, na participação social” (BOAES, 2018).	Projetos de Reforço Escolar e Doando alegria.
PS 2	Associação Bom Menino das Mercês	Fundada em 1993, com a missão de tirar crianças e jovens da vulnerabilidade social, por meio da música.	Aulas de música e de instrumentos musicais.

Fonte: Elaborado a partir de informações disponibilizadas nas pesquisas apresentadas no artigo (AZEVEDO, 2013; BOAES, 2018; ÁVILA, 2020; LIMA, 2021)

O quadro 1 denota a heterogeneidade das Organizações Sociais pesquisadas, conforme enfatizamos anteriormente. No grupo de Organizações ligadas ao empresariado nacional e/ou à elite política, destacamos: Oi Futuro (alguns parceiros: Firjan, Instituto Natura, Sebrae, Movimento de Base), Fundação Roberto Marinho (alguns parceiros: Fiesp, Google, Globo, Unicef), Instituto Rogério Steinberg (alguns parceiros: IBM, Megamate, Motorola Solution, Supermercado Zona Sul), Fundação Nassif Michael, Fundação José Sarney. Contudo, mesmo as ações ofertadas pelo empresariado, como Ball (2014) aponta, podem ter efeitos positivos para a população em situação de vulnerabilidade social. Peroni (2020) adverte que o avanço do neoconservadorismo no país tem contribuído para o crescimento da participação do empresariado na educação. Diferente do perfil citado, mencionamos as Organizações Sociais alinhadas com uma concepção de educação transformadora, entre as quais destacamos: Centro de Cultura Afro (CCA), Instituto Laboro & Arte, Instituto Pelotão Mirim Associação, Bom Menino das Mercês.

A seguir, o Quadro 2, com informações sobre os projetos e programas desenvolvidos e o público-alvo dessas ações educativas:

Quadro 2 – Organizações Sociais Pesquisadas: Projetos e Público-Alvo

Pesquisa	ONG Sociais Pesquisadas	Atividades Educativas Desenvolvidas	Nível Educacional e Público-Alvo
Estado do Rio de Janeiro			
PS 1	Oi Futuro	Projeto do Núcleo avançado em Educação (Nave)	Discentes matriculados no ensino médio.
PS 3	Fundação Roberto Marinho	Projeto Autonomia Carioca (aceleração de estudos)	Discentes em atraso escolar matriculados no segundo segmento do ensino fundamental.
PS 4	Instituto Rogério Steinberg	Programa Desenvolvendo Talentos (reforço escolar; xadrez, robótica)	Discentes do ensino fundamental e do ensino médio.
Estado do Maranhão			
PS 2	a) Fundação José Sarney; b) Fundação Nassif Michael; c) Centro de Cultura Afro (CCA); d) Instituto Laboro & Arte; e) Instituto Pelotão Mirim.	Todas realizavam atividade de reforço escolar. Entre as demais atividades estavam: Informática Teatro Música Oficina de Pintura Oficina de Redação Capoeira Dança Fotografia	Discentes matriculados no primeiro segmento do ensino fundamental.

Fonte: Elaborado a partir de informações disponibilizadas nas pesquisas apresentadas no artigo (AZEVEDO, 2013; BOAES, 2018; ÁVILA, 2020; LIMA, 2021)

As informações do Quadro 2 complementam as apresentadas no Quadro 1, trazendo mais detalhes dos projetos, programas e atividades, os quais foram objetos de estudos das pesquisas em foco. O Projeto Nave do Conhecimento, da PS 1, oferece o ensino médio regular e ao mesmo tempo uma educação profissional, voltada para formação de profissionais nas áreas de multimídia e jogos digitais, relacionando educação à tecnologia. O Projeto Autonomia Carioca, da PS 3, proporciona diminuir a distorção idade/série de alunos matriculados no 2º segmento do ensino fundamental, possibilitando a conclusão do ensino fundamental em menos tempo, a partir da Metodologia Telessala. O Programa Desenvolvendo Talentos, da PS 4, tem a duração de três anos e, no ensino fundamental, à direcionado ao nível 1, a discentes do 3º aos 5º anos; no nível 2, a discentes do 7º aos 9º anos – selecionados em processo gratuito, que envolve avaliação psicológica, para detectar crianças e jovens com altas habilidades. Em relação às organizações e às fundações da PS 4, destacamos que além das atividades específicas

desenvolvidas por cada uma, todas ofereciam atividades de reforço escolar nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática.

Potencialidades e limites das parcerias no campo da educação: o que dizem os participantes das pesquisas?

Nessa seção, expomos conclusões apresentadas nas quatro pesquisas, visando à compreensão das potencialidades e dos limites dessas parcerias entre o setor público e o setor privado, na perspectiva de membros da comunidade escolar, à luz das considerações teóricas de Gohn (2011, 2020) e Ball (1994, 2014). Novamente, seguiremos a ordem cronológica de realização dos estudos.

A primeira pesquisa acadêmica, a PS 1, analisou a parceria entre a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e o Instituto Oi Futuro, no projeto NAVE, no Colégio Estadual José Leite Lopes, em uma proposta de ensino médio integrado. Os cursos de educação profissional oferecidos em 2013 eram: Curso Técnico em Roteiros para Mídias Digitais (coordenado pela empresa Planetapontocom), Curso Técnico em Geração Multimídia (coordenado pela PUC Rio) e Curso Técnico em Programação de Jogos Digitais (coordenado pelo Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – C.E.S.A.R.). Considerando as falas docentes, em relação às potencialidades, Azevedo (2013, p. 102) expõe que, para eles, o projeto auxilia no entendimento da concepção de mundo e para “preparar o indivíduo para vida e suas adversidades”. As concepções ampliadas de formação humana dialogam com os estudos de Gohn (2011, 2020), no tocante à formação dos indivíduos para uma cidadania ativa. O reconhecimento do trabalho pedagógico diferenciado aparece também no relato de um dos alunos: “A relação de respeito e união entre todos é alta. Mas o maior direito que todos os cidadãos têm, e que nós possuímos aqui no NAVE, é o direito a educação de qualidade, que eu aproveito ao máximo, e que todos os cidadãos deveriam ter.” (AZEVEDO, 2013, p. 112).

Apesar dessas potencialidades, segundo Azevedo (2013, p. 102), os professores relataram desafios que envolveram essa parceria. Entre outros pontos citados por eles estão: “gestão compartilhada, equilíbrio entre os interesses de cada lado, abertura do projeto para uma visão mais empreendedora, remuneração de acordo com as demandas do projeto, a garantia dos limites entre o público e o privado e a manutenção do projeto de educação integrada”. A seguir uma fala docente trazida por Azevedo (2013, p. 102) nesse sentido:

Estado é um ente público, que por natureza é ocupado por grupos com interesses específicos. Não necessariamente os servidores públicos, no caso

aqui, os professores, coadunam ideológica e politicamente como o governo (grupo que ocupada temporariamente o Estado). Mas o Estado, em seu sentido amplo, também é composto pela sociedade civil organizada e, está é plural. Nesse sentido, o Oi Futuro quando adota uma escola pública exerce com privilégios, ações com conteúdo político-ideológicos particulares. Essas ações obviamente interferem o sentido do público.

Fica implícita, na argumentação do docente, uma crítica à realização da parceria com uma escola, enquanto os demais alunos da rede estadual do RJ não possuem as mesmas condições de aprendizagem no ensino médio integrado, tanto em termos das instalações diferenciadas e projeto pedagógico, como corpo docente que passou por processo seletivo e possui remuneração diferenciada dos demais professores da rede estadual. Essa diversidade das condições de ensino que a parceria proporcionou é ilustrada no trecho da entrevista a seguir (AZEVEDO, 2013, p. 112), com aluno M: “O ensino na escola é bem diferenciado pela carga horária, de 7 às 17 horas. Por isso nosso colégio tem um pulso mais firme na questão da educação, e com a união da Oi Futuro nossa escola se tornou bastante diferente das demais”. A proposta pedagógica foi construída pela Oi Futuro e adaptada pela escola, mas a diretora afirma que “veio formatada!”.

A segunda pesquisa acadêmica, a PS 2, focalizou a parceria entre escolas públicas do centro histórico da cidade de São Luís no Maranhão e seis Organizações Sociais, realizando ações educativas principalmente de reforço escolar para estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental. Segundo Boaes (2018), as gestoras de quatro escolas destacaram imediatamente os pontos vantajosos vistos por elas nas parcerias: a melhora no desempenho escolar, a participação, assiduidade, motivação e concentração dos alunos nas escolas. Outro aspecto destacado refere-se à oportunidade para as crianças menos favorecidas socialmente participarem, além das atividades de reforço escolar, de outros projetos e ações, como, por exemplo, a Banda do Bom Menino, premiada nacionalmente pelo trabalho realizado com crianças e jovens carentes que moram no Centro Histórico de São Luís. Duas gestoras das UEBs Bandeira Tribuzzi e Ministro Mário Andrezza destacam a diminuição das retenções e reprovações no final do ano. Uma das diretoras destacou:

A escolinha de reforço nos salva, pois devido a superlotação das turmas, os professores não conseguem dar um atendimento individualizado para cada aluno de acordo com a necessidade de cada um. Numa sala cheia com 30 alunos, cada aluno recebe de um jeito o conteúdo e entendo ser fundamental esse corpo a corpo de perto com o aluno para tirar as dúvidas (BOAES, 2018, p. 138).

Em relação aos limites dessas parcerias entre as escolas e as Organizações Sociais, Boas (2013, p. 140-142) afirma que os gestores destacaram a questão da descontinuidade, da burocracia, e da morosidade de pontos administrativos envolvendo as parcerias, além do número pequeno de vagas para participar das ações educativas.

A terceira pesquisa acadêmica, a PS 3, analisou a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho, em um projeto de aceleração de estudos chamado de Autonomia Carioca. A partir das entrevistas com os docentes, segundo Ávila (2020), todos os participantes consideram esse projeto uma “oportunidade” para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de alunos com histórico de repetência, problemas comportamentais e dificuldades em disciplinas básicas como Língua Portuguesa e Matemática. Em fala docente trazida por Ávila (2020, p. 199):

Aceleração é, na verdade, uma metodologia que consegue transformar alguns alunos, os quais da forma convencional, eles não conseguiriam aprender. Até porque, os professores não dariam tanta atenção, até porque a gente faz muita atividade integrada e quando é essa rotatividade de professor, isso acaba não ocorrendo. Você acaba praticamente com um professor, no máximo dois, três, essa integração ocorre de uma maneira melhor.

Contudo, em suas falas, os docentes demonstram que entendem que a aceleração de estudos é uma possibilidade para a correção de fluxo para escolas públicas municipais, estando inserida em um contexto educacional de melhoria de índices qualificadores de rede. Essa posição dialoga com os estudos Ball (1994), quando ele destaca que como atores do contexto da prática, os professores “não são ingênuos” em suas atitudes e demandas. Nesse caso, observamos que no processo de “tradução da política” no seu cotidiano com as turmas, eles procuram se distanciar dessa possibilidade da aceleração de estudos, buscando desenvolver uma formação cidadão de seus alunos.

Além disso, os professores apontaram outras positivities na relação professor/aluno, como: desenvolvimento de laços de afetividade; mais tempo de contato com alunos para conhecer suas dificuldades de aprendizagem; o desenvolvimento socioemocional; enriquecimento de seus conhecimentos como docente. Contudo, os docentes entrevistados também destacaram questões limitadoras nessa parceria, como: o uso de materiais desatualizados e não adequados à faixa etária dos estudantes envolvidos; uma limitação metodológica nas atividades diárias – deveriam seguir uma rotina de atividades a partir de vídeos do telecurso 2000, estabelecida pela Fundação Roberto Marinho; as formações continuadas para os módulos do projeto – realizado em turno regular – nem sempre atendiam as demandas e dificuldades dos professores no trabalho diário com as classes (ÁVILA, 2020).

A quarta pesquisa acadêmica, a PS 4, analisou a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro e o Instituto Rogério Steinberg, no Programa Desenvolvendo Talentos. A partir das entrevistas de gestores e professores, Lima (2021, p. 76-78) afirma que os participantes da pesquisa apontaram a pouca articulação entre os representantes do Instituto e a escola no tocante às atividades a serem desenvolvidas com os alunos. Assim, as escolas envolvidas na parceria recebem o programa já previamente pronto, sem a oportunidade de discussões em relação ao planejamento das ações educativas e um maior entendimento, por parte dos professores, sobre sua base teórica, especificamente, os conceitos de Inteligências Múltiplas e desenvolvimento de diversas habilidades que o programa propõe. Segundo uma das gestoras entrevistadas: “Esses projetos, eles já vêm prontos. A nossa participação só é divulgar os prazos, quando eles vêm aqui aplicar as provas, os testes que eles costumam fazer [...], mas a gente não tem influência nenhuma nos projetos do Instituto” (LIMA, 2021, p. 77).

Esse relato reforça a maneira impositiva com que muitas Organizações Sociais operacionalizam as parcerias com as escolas. Encontramos uma situação semelhante na PS1, quando uma gestora relatou que o projeto pedagógico do ensino médio chegou à escola estadual pronto e que a participação da comunidade escolar na sua adaptação à realidade local não contou com a colaboração dos pais dos alunos e dos próprios alunos. Assim, se mantém atuais as reflexões de Lacerda (2009), quando afirma que a carência das escolas públicas do Rio de Janeiro é grande e as Secretarias tendem a aceitar as parcerias sem buscar uma participação da comunidade escolar no delineamento das ações educativas a serem desenvolvidas.

No tocante às potencialidades da parceria feita com o Instituto Rogério Steinberg, duas professoras destacaram o fato das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social terem acesso a projetos que as escolas públicas não oferecem regularmente, como esse direcionado ao desenvolvimento de altas habilidades. Elas reconhecem que há uma democratização do acesso à educação a partir dessa parceria e a reversão de um processo de invisibilidade desse grupo de crianças.

Diante do exposto, ressaltamos que os integrantes das comunidades escolares participantes das parcerias analisam os seus impactos positivos na formação humana, apesar de atingirem um grupo restrito de crianças e jovens, mas também enfatizam os seus limites, entre os quais destacamos o pouco diálogo com as escolas no planejamento e na execução das ações educativas propostas.

Considerações finais

Este texto focalizou as parcerias no campo da educação a partir das pesquisas realizadas, no âmbito da Pós-graduação *stricto sensu*, com os atores sociais mais impactados por essas parcerias: os integrantes da comunidade escolar. Esse é o ponto de contato entre as quatro pesquisas que adotaram, como procedimentos metodológicos, a observação nas escolas e as entrevistas com gestores, docentes e discentes. Esses procedimentos tiveram como intuito a escuta dos participantes sobre a maneira como vivenciaram e avaliaram as parcerias, buscando contribuir para a análise do contexto da prática de acordo com as reflexões de Ball (1994).

A abertura das escolas às parcerias mediadas pelas Secretarias de Educação pode afetar a autonomia das instituições escolares. Muitas vezes, as escolas têm que acompanhar o desenvolvimento de determinados projetos que elas não escolheram como ações prioritárias nos seus projetos políticos pedagógicos, mas as Secretarias de Educação as cobram nesse sentido. A falta de comunicação entre as Organizações Sociais, as escolas e Secretarias de Educação não possibilita uma análise mais detalhada e crítica de uma configuração que tende a se consolidar no campo da educação. Porém, nos limites do respeito ao Estado Democrático de Direito, respaldado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), temos que ressaltar o princípio da gestão democrática e resguardar o direito à educação pública de qualidade, com a participação da comunidade escolar na definição das ações educativas consideradas prioritárias. Dessa forma, ressaltamos um dos principais limites das parcerias assinalados na PS1 e PS4, a falta de participação da comunidade escolar nas escolhas e o desenvolvimento das parcerias realizadas com as escolas públicas.

No que tange às potencialidades, destacamos a dimensão de complementação dos estudos, assinalados, na os2, a partir da atuação das ONGs no Centro Histórico de São Luís, e o diferencial que essas ações educativas fazem na vida dessas crianças e jovens para continuarem a sua trajetória educativa. Assim, ao enfatizarmos as potencialidades da articulação entre os espaços formativos, acreditamos nas possibilidades das Organizações Sociais com perfil “militante” como espaços democráticos de participação política que articulem educação e cultura como meio de compreensão da realidade e de luta para transformá-la.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: Uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. **Revista Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 24, p. 1-18, fev. 2016. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/viewFile/2368/1743>. Acesso: 21 jan. 2018.
- AVILA, E. R. **Parceria público-privada e os efeitos no trabalho docente: Uma aceleração de estudos na rede pública municipal da cidade do rio de janeiro (2012 - 2016)**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/4684997/elaine-rodrigues-de-%C3%A1vila.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- AZEVEDO, E. C. **As ações educativas não formais da iniciativa privada em espaços formais de educação do estado do Rio de Janeiro**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/3733182/2013-eduardo-campos-azevedo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- BALL, S. J. **Education Reform: a critical and post-structural approach**. London: Open University Press, 1994.
- BALL, S. J. **Educação Global S. A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
- BOAES, K. **O Terceiro Setor e a Educação: Parcerias entre as escolas públicas e as ONGs localizadas no centro histórico de São Luís**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/3733051/tese-katana-vers%C3%A3o-final-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Assembleia Nacional, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2022.
- CAMPOS, D. C. B.; DAMASCENO, A. Parcerias público-privada (PPP): Trajetória histórica no Brasil e sua inserção na política educacional brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 1-23, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e62834>. Acesso em: 17 mar. 2022.
- GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOHN, M. G. Educação Não Formal: Direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos de coronavírus. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 7.7, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- LACERDA, P. M. (org.). **Parcerias com escolas municipais do Rio de Janeiro 2009**. Rio de Janeiro: Instituto Desiderata, 2009.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. *In*: HADDAD, S. (org.). **ONGs e Universidades: Desafios na cooperação na América Latina**. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002.

LIMA, V. O. **Parceria público- privada no contexto da Educação Básica**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESA, Rio de Janeiro, 2021.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e a questão social: Crítica ao padrão emergente da intervenção social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto do neoconservadorismo no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e241697, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SILVA, A.; TRIPODI, Z. F. Organizações sociais e educação: perfis e tendências em marcos legais nordestinos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, e241677, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/HxVX6dzZV3nj9zxgj5Z8htD/abstract/?lang=en>. Acesso em: 16 fev. 2022.

TRILLA, J.; GHANEM, E.; ARANTES, V. A. (org.). **Educação formal e não-formal: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

Como referenciar este artigo

GONZALEZ, W. R. C.; ÁVILA, E. R. Parceria entre os setores público e privado como política educacional: Relato de algumas pesquisas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 3039-3055, out./dez. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i4.16690>

Submetido em: 19/04/2022

Revisões requeridas em: 08/09/2022

Aprovado em: 04/11/2022

Publicado em: 30/12/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

